

## **Senado aprova nova política nacional de drogas; diretrizes são contrárias à Recomendação nº 3 do CNDH**

O Senado Federal aprovou ontem (15) alterações na política nacional de drogas. O novo texto, que segue para sanção presidencial, vai de encontro à Recomendação nº 3 de 2019 do Conselho Nacional dos Direitos Humanos – CNDH, aprovada em março, durante sua 45ª Reunião Ordinária.

No documento, o CNDH recomenda ao Ministério da Saúde que suspenda a execução de todas as normativas incompatíveis com a estabelecida Política Nacional de Saúde Mental, submetendo-as ao debate público, especialmente por meio das conferências de saúde e dos conselhos de saúde; e que convoque audiências públicas, garantindo a plena e efetiva participação dos usuários da Rede de Atendimento Psicossocial e suas organizações, para discussão da proposta de “Nova Política Nacional de Saúde Mental”.

O conselho considera, na Recomendação, que “não se pode estabelecer alterações na política de saúde, formulada com participação social, sem a realização prévia das necessárias conferências de saúde e sem amplo debate com a sociedade e as entidades representativas de usuários, especialmente no âmbito dos conselhos nacional, estaduais e municipais de saúde”, de acordo com diretrizes da Constituição Federal de 1988, de legislações nacionais e de uma série de tratados internacionais, dos quais o Brasil é signatário, como a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

A nova política do governo federal foca na abstinência como estratégia, regulamenta a internação compulsória de pessoas com dependência química e incorpora no sistema as comunidades terapêuticas - instituições de cunho religioso -, em detrimento dos Centros de Atendimento Psicossocial de Álcool e Drogas (CAPS-AD), coordenados pelo Ministério da Saúde.

O jornal Estado de S.Paulo publicou hoje matéria sobre os pontos sensíveis da nova política, com uma entrevista do presidente do CNDH, Leonardo Pinho, que também é vice-presidente da Associação Brasileira de Saúde Mental. Pinho destacou que o governo traz mensagens distintas: “Há o discurso de investimento nas comunidades e clínicas e uma eterna justificativa de que não há verba para a expansão do Sistema Único de Saúde”, completa.

Leia aqui a “Recomendação sobre a ‘Nova Política Nacional de Saúde Mental’, elaborada e em execução sem ser legitimamente formulada” na íntegra: <https://bit.ly/2W2EsnG>

### **#CNDH É NOTÍCIA**

Leia a matéria do Estadão: Com foco em abstinência, governo quer financiar 20 mil vagas em comunidades terapêuticas

<http://bit.ly/2w0PRtd>

#DireitosHumanos #ParticipaçãoSocial

Assessoria de Comunicação do CNDH  
+55 61 2027-3348 / cndh@mdh.gov.br

Facebook: <https://www.facebook.com/conselhodedireitoshumanos>

Twitter: <https://twitter.com/conselhodh>